

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. **Destaque:** O ano de 2013 foi marcado pelo início das operações da Fonte Nova Negócios e Participações S.A., companhia que em regime de Parceria Público-Privada com o Governo do Estado da Bahia, detém a concessão para gestão e operação da Itaipava Arena Fonte Nova em Salvador. **Destaque dos Negócios em 2013:** Foram realizados 34 jogos de futebol, 22 eventos e 6 shows, com destaque para a realização de três partidas do torneio Internacional promovido pela FIFA da Copa das Confederações. Durante este

torneio, a Fonte Nova ficou cedida para a FIFA durante o período de 24 de maio até 05 de julho de 2013. No âmbito musical, destaque para o show de gravação do DVD em comemoração aos 20 anos de carreira da cantora Ivete Sangalo com a presença de 34 mil pessoas na Arena em dezembro de 2013. Nos jogos de futebol, a Itaipava Arena Fonte Nova movimentou aproximadamente 600 mil pessoas em seu primeiro ano de operação. **Perspectivas para 2014:** A Itaipava Arena Fonte Nova sediará seis jogos da Copa do Mundo 2014, o que garantirá a vinda de grandes clássicos do futebol mundial para a capital baiana. Em 2014, o período de exclusividade da FIFA vai de 21 de maio a 11 de julho de 2014. Neste ano, a Arena se credencia para o recebimento de grandes eventos musicais internacionais como David Guetta e Elton John,

este último pela primeira vez no Estado da Bahia. Este contexto faz da Itaipava Arena Fonte Nova um novo destino de entretenimento para a capital baiana, sendo mais uma atração turística na capital. **Responsabilidade Social e Ambiental:** A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. é pautada no tripé da sustentabilidade (ações sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico). Seguem relacionados os destaques de 2013: **Estudante na Arena é Show de Bola.** Convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia para levar gratuitamente 630 pessoas, entre alunos de escolas públicas, pais e professores, aos jogos do Campeonato Brasileiro. **Outubro Rosa e Novembro Azul.** A Itaipava Arena Fonte Nova foi palco do lançamento das campanhas de prevenção do câncer de mama e de próstata, em 2013, sendo iluminada na cor

rosa em todos os jogos do mês de outubro e de azul em novembro, além disso, faixas das campanhas também estiveram em campo, além de ações nas redes sociais e nos telões da arena. **20 anos do Natal Sem Fome.** O lançamento da campanha de 20 anos do Natal sem Fome foi realizada na Itaipava Arena Fonte Nova e o apoio ao projeto não se restringiu apenas ao local para realização da cerimônia. A arena doou uma tonelada de alimentos não perecíveis à campanha e foi ponto de arrecadação de mantimentos durante a última partida do ano, entre Bahia e Fluminense. Por fim, esta Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados. Salvador, 17 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

Balancos patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)						
	Notas	2013	2012	Notas	2013	2012
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.949	8.784			
Contas a receber	6	22.851				
Ativo financeiro da concessão	7	125.308	88.983			
Adiantamentos a fornecedores		2.993				
Estoques			2.354			
Tributos a recuperar	9	1.076				
Partes relacionadas	18	1.165	8.163			
Outros ativos		538	474			
		<u>157.880</u>	<u>108.758</u>			
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber	6	70.116				
Ativo financeiro da concessão	7	782.142	783.039			
Títulos e valores mobiliários	8	23.109	11.028			
Tributos a recuperar	9	60.989	62.965			
		<u>936.356</u>	<u>857.032</u>			
Imobilizado		1.700	515			
Intangível		9.401	2			
		<u>11.101</u>	<u>517</u>			
<b>Total do ativo</b>		<u>1.105.337</u>	<u>966.307</u>			
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores		3.793	34.145			
Empréstimos e financiamentos	10	35.971	7.341			
Debêntures	11	9.709	1.003			
Obrigações tributárias		5.653	1.229			
Obrigações sociais e trabalhistas		2.593	1.920			
Partes relacionadas	18	18.384	33.386			
Receitas diferidas	6	8.802				
Outros passivos		9.247				
		<u>94.152</u>	<u>79.024</u>			
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	10	598.454	566.595			
Debêntures	11	84.313	92.589			
Tributos diferidos	12	7.573	14.753			
Tributos sobre contraprestação	12	122.265	111.669			
Dividendos a pagar	13	8.443	6.691			
Receitas diferidas	6	72.186				
		<u>893.234</u>	<u>792.297</u>			
Patrimônio líquido	13					
Capital social		90.848	73.507			
Reservas de lucros		<u>27.103</u>	<u>21.479</u>			
		<u>117.951</u>	<u>94.986</u>			
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>1.105.337</u>	<u>966.307</u>			

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Notas	2013	2012	Notas	2013	2012
<b>Operações continuadas</b>						
Receita operacional líquida	14	200.189	458.302			
Custo de construção e operacional	15	(73.330)	(366.032)			
		<u>126.859</u>	<u>92.270</u>			
<b>Lucro bruto</b>						
<b>Despesas operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas	16	(36.880)	(15.309)			
		<u>89.979</u>	<u>76.961</u>			
<b>Lucro operacional</b>						
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	17	2.709	2.898			
Despesas financeiras	17	(69.121)	(48.686)			
		<u>23.567</u>	<u>31.173</u>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>						
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente		(23.501)				
Diferido		7.310	(10.451)			
		<u>7.376</u>	<u>20.722</u>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>						
Lucro básico e diluído por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (em R\$)		<u>0,08</u>	<u>0,26</u>			
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)			
	2013	2012	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.567	31.173	
<b>Ajustes para reconciliação do lucro do período</b>			
Depreciação e amortização	258	115	
Margem de construção	(4.126)	(19.265)	
Atualização do ativo financeiro	(121.784)	(73.005)	
Ajuste a valor presente	(797)		
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debentures e mútuo	<u>67.567</u>	<u>44.789</u>	
	<u>(35.315)</u>	<u>(16.193)</u>	
<b>Varição dos ativos e passivos</b>			
Contas a receber	(11.080)		
Ativo financeiro	90.482	(430.061)	
Adiantamentos a fornecedores	(2.993)		
Estoques	2.354	13.857	
Tributos a recuperar	900	(36.741)	
Fornecedores	(30.352)	21.254	
Impostos e contribuições	(7.678)	64.029	
Outros	82	876	
<b>Caixa aplicado nas operações</b>			
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debentures e mútuo	(62.372)	(34.344)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>			
	(20.657)	(401.130)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Títulos e valores mobiliários	(12.081)	(7.909)	
Adições ao imobilizado	(1.444)	(81)	
Adições ao intangível	(399)	(3)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
	(13.924)	(7.993)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captações de empréstimos, financiamentos e debentures	158.853	405.417	
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures	(102.083)	(65.317)	
Partes relacionadas	(9.050)	46.643	
Integralização de capital	17.341	47.335	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>			
	65.061	434.078	
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.784	22	
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.949</u>	<u>8.784</u>	
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - (Em milhares de reais)							
	Capital social			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integraliza	Legal	Realização de investimentos	de investimentos		
Em 1º de janeiro de 2012	70.000	(43.828)	372		5.306	31.850	10.000
Aumento de capital	10.000					10.000	37.335
Integralização de capital		37.335					20.722
Lucro líquido do exercício						20.722	20.722
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos propostos						(4.921)	(4.921)
Constituição de reservas			1.036		14.765	(15.801)	
Em 31 de dezembro de 2012	80.000	(6.493)	1.408		20.071	94.986	10.848
Aumento de capital	10.848					6.493	7.376
Integralização de capital		6.493					7.376
Lucro líquido do exercício						7.376	7.376
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos propostos						(1.752)	(1.752)
Constituição de reservas			369		5.255	(5.624)	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>90.848</u>	<u>1.777</u>	<u>25.326</u>		<u>117.951</u>		
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais** - A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares a atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, ou através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluem a exploração de atividades pertinentes a operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato PPP") celebrado com o Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE") ou "Poder Concedente" nos termos do Edital nº 001/2009. Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia assinou Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 02/2010 de Parceria Público Privada em razão da necessidade do atendimento das novas exigências técnicas da Federação Internacional de Football Association ("FIFA") e do Comitê Organizador da Copa 2012 para a construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo do Brasil de 2014. Essas exigências estão relacionadas a aspectos estruturais que foram implementados até a data da conclusão da Arena e cujos valores originais foram ressarcidos em 28 de junho de 2013. A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties S.A. ("OP") e pela OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas") e tem sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15 alínea G do Estatuto Social. **(I) Contrato de concessão** - A Companhia é parte de um Contrato de Parceria Público Privada na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE (Poder Concedente), e a Companhia (Concessionário). O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A referida concessão da operação tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, o Concessionário explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que o integram e atenderá os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, para receber partidas da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, teve início a operação da arena multiuso, passando a ser devida à Companhia pelo Poder Concedente, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas. O valor estimado do Contrato, assim entendido como o valor nominal da soma de todas as contraprestações, é de R\$ 1.776.837. **2. Re-**

**sumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos, mensurados ao valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Em função de não haver outros resultados abrangentes, além do próprio resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Contas a receber** - As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: (a) faturamento (contraprestação) a partir da data oficial da entrega da Arena, dos direitos decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte ("SETRE"); (b) locação de camarotes, assentos VIP, restaurantes e estacionamento; (c) parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; e (d) pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e assentos VIP. **2.4. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de

receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. **2.5. Tributos a recuperar** - Referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. **2.6. Empréstimos, financiamentos e debentures** - Os empréstimos, financiamentos e debentures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debentures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos. **2.7. Tributos diferidos** - Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do contrato de parceria público privada, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção. **2.8. Receitas diferidas** - Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e assentos VIP, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência. **2.9. Tributação** - **2.9.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes** - Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido a base de 32% aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60 por trimestre, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a forma de tributação foi o lucro real, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.9.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos** - Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.10. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **(a) Receita de construção** - A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a

respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (Interpretação técnica ICPC 01 e Orientação OCPC 05 - Contratos de Construção), uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. **(b) Receita operacional** - A receita operacional é reconhecida pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (camarotes, assentos VIP, estacionamento e restaurantes/lanchonetes), marketing, publicidade e patrocínio, e da realização dos eventos, pela operação da Arena Fonte Nova. **(c) Atualização do ativo financeiro da concessão** - A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(d) Receita financeira** - A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, revisão da margem de construção utilizada para o reconhecimento de receita na construção da Arena Fonte Nova, assim como da análise dos demais riscos para determinação **continua...**



**FORNECEDORES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF N° 08.906.994/0001-11

...continuação

de outras provisões, inclusive para contingências, quando aplicável. A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar o contrato de construção. O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução do contrato até a data base do balanço com uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro. (a) Considerações gerais** - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. **(b) Exposição a risco com taxa de juros** - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(c) Risco de liquidez** - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria. **4.2 Gestão de capital** - A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2013	2012
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	728.447	667.528
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(27.058)	(19.812)
Dívida líquida	701.389	647.716
Total do patrimônio líquido	117.951	94.986
Total do capital	819.340	742.702
Índice de alavancagem financeira	86%	87%

**4.3 Instrumentos financeiros por categoria** - Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013	2012
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.949	8.784
Contas a receber	92.967	
Ativo financeiro da concessão	907.450	872.022
Partes relacionadas	1.165	8.163
	<u>1.005.531</u>	<u>888.969</u>
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	23.109	11.028
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	3.793	34.145
Partes relacionadas	18.384	33.386
Empréstimos e financiamentos	634.425	573.936
Debêntures	94.022	93.592
	<u>750.624</u>	<u>735.059</u>

<b>10. Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Instituição financeira</b>	<b>Moeda</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Desenbahia	Reais	TJLP+5%	2025	64.786	64.422	
Desenbahia – Repasse BNDES	Reais	TJLP+1,9%	2026	328.281	311.757	
BNB – Repasse FNE	Reais	10%	2025	<u>250.199</u>	<u>207.675</u>	
				643.266	583.854	
				(8.841)	(9.918)	
				634.425	573.936	
				(35.971)	(7.341)	
				<u>598.454</u>	<u>566.595</u>	

(-) Custos de captação a apropriar

Circulante  
Não circulante

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve em 21 de junho de 2010 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), junto a DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil que totalizam R\$ 250.000 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 207.511 em 31 de dezembro de 2012), são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nor-

<b>Instituição financeira</b>	<b>Garantias contratuais</b>
DESENBAHIA	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor das ações em 1º grau, penhor dos direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
DESENBAHIA – Repasse BNDES	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
BNB – Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

**Cláusulas restritivas** - O Instrumento Particular de Escritura das emissões de debêntures possui cláusulas restritivas referentes à manutenção de índices financeiros, apurados e revisados anualmente pelo Agente Fiduciário. O não cumprimento das referidas cláusulas pode acarretar o vencimento antecipado das debêntures. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: - Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, ou resgate de ações aos acionistas até que estejam

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2013	2012
Caixa	6	5
Bancos conta movimento	1.036	8.779
Aplicações financeiras (a)	2.907	
	<u>3.949</u>	<u>8.784</u>

(a) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média equivalente a 99,5% do CDI.

**6. Contas a receber**

	2013	2012
Contraprestação – SETRE	9.854	
Cervejaria Petrópolis S.A.	78.918	
Locação de camarotes e assentos VIP por temporada	1.605	
Outros	2.590	
	<u>92.967</u>	
Circulante	(22.851)	
Não circulante	<u>70.116</u>	

O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. ("Naming Right") registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 80.988) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. **7. Ativo financeiro da concessão** - Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a taxa de remuneração utilizada para atualização do ativo financeiro foi de 7,83% mais variação do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (7,72% mais IPCA em 2012) e a margem de construção utilizada para a apropriação da receita de construção foi de 5% (5% em 31 de dezembro de 2012). O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2013	2012
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	349.691	
Receita de construção	449.326	
Atualização financeira	73.005	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>872.022</u>	
Receita de construção	90.428	
Receita operacional da contraprestação	12.274	
Atualização financeira	121.784	
(-) Faturamento contraprestação	(189.058)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>907.450</u>	
Circulante	(125.308)	
Não circulante	<u>782.142</u>	

**8. Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são inicialmente registrados pelo valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, os quais estão classificados no ativo não circulante, no montante de R\$ 23.109 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 11.028 em 31 de dezembro de 2012). Referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil remuneradas a 99,5% do CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

	2013	2012
<b>9. Tributos a recuperar</b>		
PIS (a)	10.879	11.140
COFINS (a)	50.110	51.313
ISS sobre faturamento contraprestação	520	
INSS sobre faturamento contraprestação	17	
Imposto de renda retido sobre faturamento contraprestação	442	
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	97	512
	<u>62.065</u>	<u>62.965</u>
Circulante	(1.076)	
Não circulante	<u>60.989</u>	<u>62.965</u>

(a) Referem-se a créditos de PIS/COFINS sobre insumos e serviços de construção adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram baixados os créditos de PIS/COFINS sobre os custos de construção referentes aos meses de operação, em função da opção da tributação pelo lucro presumido.

deste – FNE e possuem vencimento final em 28 de dezembro de 2025. Adicionalmente também foram liberados pela DESENBAHIA R\$ 323.629 (R\$ 307.266 em 31 de dezembro de 2012) através do Programa de Empreendimentos Turísticos (PROTURISMO) do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. **(i) Garantias e cláusulas restritivas. Garantias** - Todos os empréstimos possuem garantias específicas para cada contrato, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

integralmente quitadas todas as obrigações devidas no âmbito das debêntures, exceto se atendidas as seguintes condições: (i) não tenha ocorrido nenhum evento de vencimento antecipado, (ii) seja realizado após o período de carência de principal, e (iii) a Companhia apresente índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,20x, ressalvado, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e - Não transformação em sociedade por quotas de

responsabilidade limitada. Em 31 de dezembro de 2013, as cláusulas estavam atendidas. A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2013	2012
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	316.983	
Captação de empréstimos	311.804	
Juros apropriados	35.886	
Amortização	(65.317)	
Pagamento de juros	(26.444)	
Apropriação dos custos de captação	1.024	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>573.936</u>	
Captação de empréstimos	58.853	
Juros apropriados	48.236	
Amortização	(2.083)	
Pagamento de juros	(45.595)	
Apropriação dos custos de captação	1.078	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>634.425</u>	

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte

<b>Moeda</b>	<b>Encargos Anuais</b>	<b>Vencimento</b>
1º Emissão Real	100% DI +3,6%	2024

Circulante  
Não circulante

As debêntures referentes a primeira emissão serão amortizadas a partir de 22 de março de 2014 e terão prazo de vigência de 154 (cento e cinquenta e quatro) meses, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2013	2012
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	94.000	
Captação de debêntures	94.000	
Juros apropriados	8.903	
Pagamento de juros	(7.900)	
Apropriação dos custos de captação	(1.411)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>93.592</u>	
Captação de debêntures	100.000	
Juros apropriados	16.571	
Amortização	(100.000)	
Pagamento de juros	(16.325)	
Apropriação dos custos de captação	184	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>94.022</u>	

**Encargos financeiros** - A remuneração das debêntures da primeira emissão contempla juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de uma sobretaxa de 3,60% ao ano, base 252 dias úteis. Enquanto que a remuneração das debêntures da segunda emissão contemplaram juros remuneratórios de 10,65% ao ano. Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2014		8.083
2015	1.852	1.716
2016	4.632	4.512
2017	8.339	8.460
2018 em diante	<u>69.490</u>	<u>69.818</u>
	<u>84.313</u>	<u>92.589</u>

**Cláusulas restritivas** - O Instrumento Particular de Escritura das emissões de debêntures possui cláusulas restritivas referentes à manutenção de índices financeiros, apurados e revisados semestralmente pelo Agente Fiduciário. O não cumprimento das referidas cláusulas pode acarretar o vencimento antecipado automático das debêntures. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: - Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, ou resgate de ações aos acionistas até que estejam integralmente quitadas todas as obrigações devidas no âmbito das debêntures, exceto os dividendos mínimos obrigatórios; e - Não transformação em sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Em 31 de dezembro de 2013, as cláusulas contratuais estavam cumpridas.

	2013	2012
<b>12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação</b>		
Imposto de renda e contribuição social	7.573	14.753
ISS	45.373	39.182
PIS / Cofins	<u>76.892</u>	<u>72.487</u>
	<u>129.838</u>	<u>126.422</u>

Os saldos de ISS, PIS e COFINS diferidos referem-se à aplicações dos referidos tributos, principalmente sobre receita de construção às alíquotas de 5%, 1,65% e 7,6% respectivamente, os quais serão liquidados quando do faturamento das contraprestações mensais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente Demonstração Financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado. **13. Patrimônio líquido. - (a). Capital social** - Em 30 de abril de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 10.848.000 novas ações ordinárias e nominativas no valor de R\$ 1,00 por ação, de forma proporcional à participação de cada acionista. Com este aporte, o capital social da Companhia passou de R\$ 80.000 para R\$ 90.848. Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 90.848 (R\$ 80.000 em 31 de dezembro de 2012), representado por 90.848.000 (80.000.000 em 31 de dezembro de 2012) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, até 31 de dezembro de 2013, na proporção de suas participações (50% cada). **(b) Reservas de lucros** - De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal** - É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social. **(ii) Reserva de realização de investimentos** - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até

composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	-	108.219
2015	37.443	19.620
2016	35.072	16.864
2017	36.915	34.325
2018 em diante	<u>489.024</u>	<u>387.567</u>
	<u>598.454</u>	<u>566.595</u>

**11. Debêntures** - Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral. Em 21 de janeiro de 2013, a Companhia realizou nova emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 100.000, as quais foram também objeto de colocação privada. Em 1º de julho de 2013, a Companhia efetuou a liquidação da sua segunda emissão de debêntures, no valor total de R\$ 105.804.

	2013	2012
94.022	<u>94.022</u>	<u>93.592</u>
94.022	94.022	93.592
(9.709)	(9.709)	(1.003)
	<u>84.313</u>	<u>92.589</u>

75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social. **(c) Dividendos** - Aos titulares de ações emitidas pela Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**14. Receita operacional líquida**

	2013	2012
Receita de construção	75.657	449.326
Receitas operacionais	28.698	
Atualização do ativo financeiro	121.784	73.005
Impostos e contribuições sobre serviços	(25.950)	(64.029)
	<u>200.189</u>	<u>458.302</u>

A receita de construção é reconhecida pela margem de 5% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescidos dos impostos e contribuições incidentes sobre a receita à razão de: - ISS – 5,00%; - PIS – 0,65%; - COFINS – 3,00%.

**15. Custo de construção e operacional**

	2013	2012
Custo de construção	63.709	366.032
Custo operacional	9.621	
	<u>73.330</u>	<u>366.032</u>

**16. Despesas gerais e administrativas**

	2013	2012
Despesas com serviços de terceiros	17.998	6.649
Despesas com pessoal	10.684	6.683
Água e energia	2.010	
Compra de materiais	1.522	130
Seguros	1.243	188
Outros	3.423	1.659
	<u>36.880</u>	<u>15.309</u>

**17. Resultado financeiro**

	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	2.569	2.880
Outros	140	18
	<u>2.709</u>	<u>2.898</u>

**Despesas financeiras**

	2013	2012
Juros sobre empréstimos	(48.236)	(35.886)
Juros sobre debêntures	(16.571)	(8.903)
Juros sobre empréstimo de mútuos	(1.498)	(432)
Comissões e despesas bancárias	(1.352)	(232)
Outros	(1.464)	(3.233)
	<u>(69.121)</u>	<u>(48.686)</u>
	<u>(66.412)</u>	<u>(45.788)</u>

**18. Transações e saldos com partes relacionadas** - As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2013	2012
Ativo circulante		
Arena Salvador (a)		
Passivo circulante		
Arena Salvador (d)	18.384	
OAS Arenas (b)		16.693
OPI (b)		16.693
	<u>18.384</u>	<u>33.386</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>

	2013	2012
Resultado		
Arena Salvador - principal (c)	20.867	128.114
Arena Salvador - encargos		

# FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

...continuação

CNPJ/MF N° 08.906.994/0001-11

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Fonte Nova Negócios e Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao período comparativo** - O exame das

demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de janeiro de 2013, sem ressalvas. Salvador, 20 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Leandro Mauro Ardito

Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" BA

### DIRETORIA

Marcos Lessa Mendes – Diretor Presidente

Daniel Cardoso Gonzalez – Diretor Administrativo Financeiro

### CONTADOR

OSCAN HEDAYIOGLU

Contador - CRC – BA 12579/O-9 - CPF nº 098.030.335-49